

Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP

Julia Marques Bellacosa

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)

e-mail: julia.bellacosa@usp.br

Resumo

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, traz fortes consequências para as populações camponesas. Inserido nesse contexto está o avanço dos agrocombustíveis em terras de reforma agrária, através de mecanismos de subordinação da produção camponesa aos complexos agroenergéticos. O crescimento significativo de cultivos para geração de energia ocorre no momento em que os agrocombustíveis são apontados como solução para o futuro do planeta. Dessa forma, o avanço do agronegócio no campo sob o viés dos agrocombustíveis, impõe novos desafios para repensar o campesinato brasileiro. No intuito de refletir sobre essa e outras questões, o artigo ora apresentado constrói uma análise sobre a reprodução do campesinato brasileiro frente à expansão dos agrocombustíveis, tanto cana-de-açúcar, quanto oleaginosas para a produção de biodiesel, sob a perspectiva de um fragmento – o assentamento rural Monte Alegre, localizado na região conhecida como “Califórnia Brasileira”, uma área de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas de cana-de-açúcar e laranja.

Palavras-chave: agrocombustíveis, campesinato, assentamento Monte Alegre, internacionalização do capital, renda da terra.

Resumen

Los desafíos de la reproducción campesina contra la expansión de los agrocombustibles, el asentamiento Monte Alegre: Araraquara-SP

La etapa actual de desarrollo del capitalismo, marcada por intensos cambios provocados por el proceso de globalización del capital trae fuertes consecuencias para las poblaciones campesinas. Inserto en este contexto es el avance de los agrocombustibles en la reforma agraria, a través de mecanismos de subordinación de la producción campesina a complejos agroenergéticos. El importante crecimiento de los cultivos para la generación de energía se produce en un momento en que los agrocombustibles son considerados claves para el futuro del planeta. Por lo tanto, el avance de los agronegocios en el campo bajo el sesgo de los agrocombustibles, plantea nuevos desafíos para repensar el campesinato brasileño. Con el fin de reflexionar sobre esta y otras cuestiones, el artículo que aquí se presenta se basa en jugar una análisis del campesinado brasileño contra la expansión de los agrocombustibles, tanto el azúcar de caña, como las semillas oleaginosas para la producción de biodiesel, desde el punto de vista de un fragmento – el asentamiento rural Monte Alegre, ubicado en la región conocida como la “California brasileña”, una área de la agricultura moderna, prácticamente monopolizada por los cultivos de caña de azúcar y naranja.

Palabras-clave: los agrocombustibles, los campesinos, asentamiento rural, internacionalización del capital, renta de la tierra.

Abstract

The challenges of peasant reproduction against the expansion of agrofuels, the Monte Alegre settlement: Araraquara-SP

The current stage of development of capitalism, marked by intense changes initiated by the process of globalization of capital, brings strong consequences for the peasant populations. Inserted into this context is the advance of agrofuels in lands of agrarian reform, through mechanisms of subordination of peasant production by the agroenergetic complex. The significant growth of crops for energy production occurs at a time when agrofuels are seen as a solution for the future of the planet. Thus the advance of agribusiness in the field under the bias of agrofuels poses new challenges to rethink the Brazilian peasantry. In an attempt to reflect on this and other issues, this article builds an analysis about the reproduction of the Brazilian peasantry against the expansion of agrofuels, both sugarcane and oilseed crops, from a fragment perspective - the rural settlement Monte Alegre, located in the region known as the "Brazilian California", a modernized agriculture area, dominated by the sugar cane and orange crops.

Keywords: agrofuels, peasantry, Monte Alegre settlement, internationalization of capital, land income.

Introdução

O processo de reprodução do campesinato, no cerne do desenvolvimento capitalista atual, sinaliza um dos caminhos para desvendar as transformações recentes do campo brasileiro, uma vez que o campesinato nasce no interior do capitalismo, já que esse sistema gera relações capitalistas e não capitalistas em decorrência do processo contraditório inerente a seu desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 1981).

À luz dos novos processos engendrados no campo está a transformação dos alimentos em energia e a reconfiguração territorial daí decorrente que coloca o continente africano e outros países da América Latina e Ásia como centro da exploração agrícola, através da velha fórmula baseada na monocultura, concentração fundiária e exploração da mão de obra. O avanço do agronegócio no campo, caracterizado pela internacionalização do capital na agricultura e pela concentração de capitais nas mãos de grandes corporações transnacionais impõem novos desafios para repensarmos o campesinato brasileiro.

Ademais, crescem os mecanismos de "integração" e subordinação da produção camponesa aos complexos agroenergéticos. Daí a pertinência de trazer esse debate - sobre a reprodução camponesa - para a atualidade, sob uma abordagem dialética que reconhece avanços e ao mesmo tempo recuos nesse processo contraditório. Se os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção, é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato (MOURA, 1986).

Se de um lado estão aqueles que usam a terra para garantir a reprodução ampliada do capital, do outro se encontram os camponeses cujo objetivo é a reprodução do grupo familiar (PAULINO, 2010). A vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, ela está assentada na forma simples de circulação de mercadoria, no processo de vender para comprar, que culmina na apropriação de valores de uso, em oposição à produção capitalista em que dinheiro é convertido em mercadoria para novamente compor dinheiro, atribuídos aos valores de troca (OLIVEIRA, 1999).

O aumento significativo da produção dos agrocombustíveis se inscreve antes de tudo na lógica do capitalismo, e que é este último que explica o desenvolvimento repentino e rápido de um setor bem preciso do sistema econômico, estratégico para o conjunto das atividades humanas: o da energia (HOUTART, 2010). A opção do governo brasileiro pela

elevação da produção de agroenergéticos, etanol e biodiesel, visa atender às promissoras projeções de demanda dos agrocombustíveis no mercado internacional, em busca de fontes alternativas de energia. O embasamento ideológico que circunda a proposta do governo brasileiro expresso pela ideia de “sustentabilidade” é aqui entendido conforme Bombardi (2010):

Esta expressão deve ser entendida como uma contradição nos próprios termos. Ou seja, se o desenvolvimento da sociedade capitalista é necessariamente a reprodução ampliada do capital, que tem por princípio a apropriação do planeta e a transformação de tudo quanto possível em mercadoria, não é possível que este “desenvolvimento ilimitado” se concretize sem ferir o ambiente, quer dizer, “sustentavelmente”. (BOMBARDI, 2010, p. 05).

Neste sentido, o uso indiscriminado de recursos naturais é inerente ao desenvolvimento capitalista que ao mesmo tempo em que conduz à diminuição desses recursos cria, dialeticamente, a “raridade” deles visando o lucro. Isto é, cria-se um mercado da “sustentabilidade”, expresso pelas certificações ambientais, pela venda de créditos de carbono no mercado internacional, pela valorização das áreas verdes nas metrópoles, pelo desenvolvimento de energias alternativas ao petróleo, entre outros.

A cana-de-açúcar, cultivo tradicionalmente produzido em latifúndios, já adentrou no universo dos agricultores de pequeno porte e atualmente é presença maciça nos assentamentos rurais de reforma agrária de São Paulo¹, o que expõe ao mesmo tempo a fragilidade e os desafios da consolidação de uma efetiva reforma agrária brasileira. É necessário analisar as contradições desse processo e os desafios iminentes destes à reprodução camponesa.

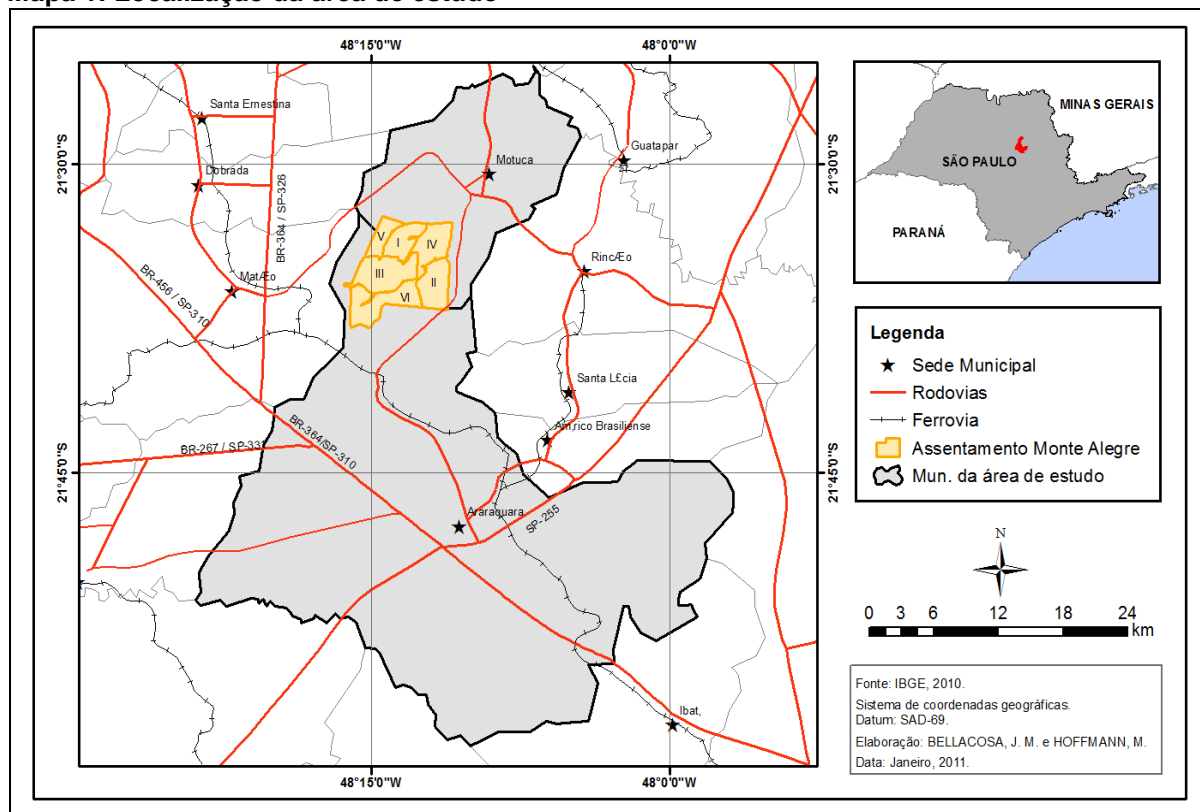
Menos expressivo até o momento, mas também em ascensão, o biodiesel ganha gradualmente espaço no cenário energético brasileiro e incorpora uma quantidade cada vez maior de agricultores de pequeno porte. No estado de São Paulo, a produção ainda é pequena, e na maioria dos casos encontra-se em caráter experimental. Mas assim como a cana-de-açúcar adentrou nos assentamentos rurais paulistas, já é possível encontrar experiências de produção de matérias-primas para biodiesel em alguns desses núcleos.

Com o objetivo de analisar a reprodução do campesinato brasileiro frente à expansão dos agrocombustíveis, selecionamos um fragmento - o assentamento rural Monte Alegre (Mapa1): um dos mais antigos assentamentos do Estado de São Paulo, distribuído entre os municípios de Araraquara e Motuca, que se encontra no cerne dessas questões.

Atualmente o assentamento Monte Alegre é constituído por seis núcleos formados entre 1985 e 1997, que representam um total de 358 lotes, correspondente a uma área de 5.100 hectares, sendo 4.960 hectares de área agrícola. Cada família possui 14 hectares de terras no lote agrícola e nos casos dos núcleos com agrovila mais 1 hectare de terra.

¹ Segundo dados do ITESP, 2008, a produção de cana-de-açúcar para fornecimento a agroindústrias está presente em diversos assentamentos rurais de São Paulo, a exemplo de assentamentos localizados em Araraquara, Teodoro Sampaio, Bebedouro, Rosana, entre outros.

Mapa 1: Localização da área de estudo



A inserção dos camponeses na produção da agroenergia, principalmente do biodiesel, tem sido palco de divergências entre entidades e movimentos sociais. Os que são favoráveis reconhecem nesse projeto uma alternativa de renda que possa conjugar a produção de energia e alimentos. Segundo Fabrini (2010) os movimentos camponeses não são necessariamente contra a produção de agrocombustível, mas contra a produção hegemônica pelos setores dominantes no campo, ligados ao agronegócio.

Neste contexto, tornou-se necessário analisar, contudo, a relação camponato e agrocombustível, na perspectiva de desvendar de que forma o território camponês transforma-se em espaço de produção da agroenergia e os desdobramentos daí decorrentes.

Para alcançar os objetivos propostos nos valem de diversos procedimentos metodológicos tais como revisão bibliográfica realizada através de revisão teórica sobre o tema proposto, pesquisa documental, junto a diversas instituições com destaque para ITESP, INCRA, Feraesp, Prefeitura de Motuca, IBGE, EMBRAPA, Jornal O Imparcial (o mais antigo de Araraquara) e Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Entretanto, a etapa mais primordial da pesquisa foi a realização dos trabalhos de campo na região de estudo entre os anos de 2010 e 2012, onde foram colhidos, através de entrevistas, depoimentos de diversos sujeitos sociais envolvidos, isto é, procuramos dialogar com todos aqueles que por algum motivo participam e/ou participaram direta ou indiretamente do nosso tema de estudo. Nesse sentido, realizamos entrevistas com mais de 20 famílias distribuídas entre os núcleos I, II, III e IV do assentamento Monte Alegre, além de contar com depoimentos de representantes do poder público (ITESP e prefeitura de Motuca); presidente do sindicato rural da região, Élio Neves; representantes de duas usinas da região; consultor da SCA, uma empresa que comercializa o etanol brasileiro; técnicos da Embrapa que atuam no projeto de biodiesel, entre outros.

O conjunto de entrevistas tornou-se a fonte básica de informações do assentamento Monte Alegre, isto é, no processo de interpretação do material coletado, o conteúdo das entrevistas foi o eixo referencial para a incorporação das informações contidas nas fontes

primárias e secundárias. Daí a importância de ouvirmos os diversos sujeitos sociais envolvidos no tema proposto.

A realização de entrevistas, os trabalhos de campo, a análise e sistematização das informações primárias obtidas e a elaboração de um conjunto de mapas constituíram, assim, insumos fundamentais das considerações que se seguem.

A produção de etanol no Brasil – um panorama geral e novas perspectivas

Ao contrário da década de 70, quando foi instituído pelo governo federal o Programa Nacional do Alcool – Proálcool, o novo *boom* do etanol a partir de 2000 não foi engendrado por programas governamentais, mas sim pela iniciativa privada no sistema de agronegócio canavieiro, embora o governo participe através de incentivos, tais como financiamento, investimentos para construção de usinas, pesquisa e tecnologia, logísticas, *marketing* comercial internacional, etc. (FABRINI, 2010). A elevação dos preços do petróleo, e, mais recentemente, a tecnologia dos motores *flex fuel*, vieram dar novo fôlego para os mercados interno e externo do etanol. O carro, que pode ser movido à gasolina, álcool, ou uma mistura dos dois combustíveis, foi introduzido no país em março de 2003. Hoje, a opção já é oferecida para quase todos os modelos, e representou, em 2006, 75% das vendas de veículos leves no país.²

Esta nova arrancada dos agrocombustíveis também se deve ao despertar do mercado mundial para os combustíveis ditos “sustentáveis”. Neste contexto, a energia verde ou agroenergia é apontada como solução para o futuro do planeta.

Nesse sentido, a União Européia adotou em 2005 diretrizes para reduzir as emissões de gás de efeito estufa em 20% até 2020, com base nas emissões de 1990 – e até 30% na medida em que houvesse um acordo mundial. A Comissão Européia também aprovou na mesma proposta a elevação de 20% no consumo de energias renováveis e a utilização de 10% de agrocombustíveis no transporte, percentual que, em 2008, por causa das reações contrárias, foi reduzido para 8%. Os EUA também anunciaram o interesse em substituir 20% da demanda de gasolina por etanol até 2020.

Dessa forma, surgem mercados promissores para a comercialização dos agrocombustíveis em âmbito mundial. De acordo com o governo brasileiro, o Brasil estaria predestinado a liderar o processo de transição mundial da “civilização do petróleo” para a “civilização da biomassa”, em decorrência de condições favoráveis tais como o clima, extensão do território, experiência na produção de agroenergia, dentre outras (FABRINI, 2010). É o que nos revela o trecho extraído do Plano Nacional de Energia 2030, divulgado em 2007 pelo Ministério de Minas e Energia:

(...) o Brasil, com sua dimensão continental e diversidade geográfica, apresentando variedade de clima e exuberância de biodiversidade, além de deter um quarto das reservas superficiais e sub-superficiais de água doce do mundo, consegue produzir praticamente todos os principais produtos agrícolas comercializados mundialmente. Em complemento, o país apresenta importantes avanços no desenvolvimento e implantação de tecnologia de agricultura tropical, em que um dos paradigmas é a agroindústria de etanol, com reconhecimento internacional.³

Então embora a produção de etanol tenha sido significativa durante o Proálcool, foi na última década que ela tomou proporções grandiosas. É o que mostram os números: a produção de cana-de-açúcar saltou de 431 milhões de toneladas na safra 2005/2006, que resultou na produção de 16 milhões de m³ de etanol para 664 milhões de toneladas na safra 2010/2011, cujo volume de etanol gerado foi equivalente a 27,7 milhões de m³.

² Dados do Plano Nacional de Energia 2030 publicado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

³ Trecho extraído do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

Mas, naturalmente, a evolução da produção de cana-de-açúcar está relacionada com a expansão da área plantada e o aumento de produtividade da cultura. Para tanto, foi necessário elevar a área cultivada com cana-de-açúcar de 5,6 milhões de hectares em 2005/2006 para 8,1 milhões de hectares em 2010/2011, isto é, um crescimento de 44% dos canaviais em cinco anos.

Nesta perspectiva e pautado sobre o discurso da segurança energética, o governo brasileiro lançou em 2011 uma nova medida provisória que insere o etanol sob normas do setor energético. O etanol produzido da biomassa passa a ser um produto energético, não mais agrícola, cuja regulação e fiscalização cabem à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Trata-se da confirmação sinalizada na década de 70, que propõe a transformação do alimento cana em energia, impondo uma nova configuração territorial do capital na agricultura, como veremos no decorrer do trabalho.

A área cultivada com cana-de-açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2012/13 está estimada em 8,5 milhões de hectares. O estado de São Paulo é o maior produtor com 51,66% (4,42 milhões de hectares), seguido por Minas Gerais com 8,97% (768 mil hectares), Goiás com 8,54% (732 mil hectares), Paraná com 7,17% (614 mil hectares), Mato Grosso do Sul com 6,31% (540 mil hectares), Alagoas com 5,35% (458 mil hectares) e Pernambuco com 3,48% (298 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, com representações abaixo de 3%⁴. Esses dados revelam que a produção da cana-de-açúcar ocorre de forma concentrada, uma vez que somente o Estado de São Paulo é responsável por mais de 50% de toda a área destinada a essa cultura no País.

A perspectiva é de, nos próximos anos, elevar ainda mais a produção de cana no País. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sinaliza uma produção de 45,2 milhões de toneladas de açúcar e de 36,8 milhões de m³ de etanol em 2015. Uma projeção tendencial com base na evolução histórica aponta, para 2030, produção de 78 milhões de toneladas de açúcar e 67 milhões de m³ de etanol. Segundo projeção do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia, essa produção, nas condições descritas, requer que a área ocupada pela produção de cana-de-açúcar no Brasil passe dos atuais 8,5 milhões de hectares para aproximadamente 10,6 milhões em 2020 e 13,9 em 2030⁵.

A aposta do governo brasileiro no projeto do agrocombustível, isto é, no crescimento desse setor estratégico, operacionalizado via agronegócio, é sinalizada pelo governo brasileiro através de publicação sobre as Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022, que indica que as matérias-primas do agrocombustível são as culturas que mais crescerão nas terras brasileiras durante os próximos anos.

Neste ínterim questiona-se: qual é o impacto do crescimento das áreas agrícolas destinadas à geração de energia sobre as áreas produtoras de alimentos?

Conforme a publicação do governo, as estimativas realizadas até 2021/2022 são de que a área total plantada com lavouras deve passar de 64,9 milhões de hectares em 2012 para 71,9 milhões em 2022. Um acréscimo de 7,0 milhões de hectares. Essa expansão de área está concentrada em soja, cerca de 4,7 milhões de hectares, e na cana-de-açúcar, cerca de 1,9 milhão. A expansão de área de soja e cana-de-açúcar deverá ocorrer pela incorporação de áreas novas e também pela substituição de outras lavouras que deverão ceder área. O milho deve ter uma expansão de área por volta de 600 mil hectares e as demais lavouras analisadas mantêm-se praticamente sem alteração ou perdem área, como o arroz, mandioca, trigo e feijão⁶.

Significa dizer que nenhuma outra cultura expandirá mais do que cana e soja, cujo crescimento se fará pela incorporação de áreas novas e pela substituição de outras

⁴ Dados do primeiro levantamento da safra 2012/2013 de cana-de-açúcar realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no âmbito de um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

⁵ Dados do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

⁶ Informações do estudo Brasil Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Assessoria de Gestão Estratégica em abril de 2012.

lavouras, que podem ser de feijão, arroz e etc. Então a cana e a soja tendem a avançar sobre áreas de pastagens e cultivos onde a taxa de renda é menor, atingindo produtos básicos da alimentação dos brasileiros, como é o caso do feijão, e ainda segmentos tradicionais de produção de alimentos da agricultura camponesa.

A produção da cana também ocasiona um deslocamento de algumas culturas alimentares e a criação de gado, que repercutem nas zonas florestais. No caso brasileiro, por exemplo, essa expansão tem implicado no avanço do gado na Amazônia. Um estudo apresentado no final de 2011 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apontou que, dos 719 mil quilômetros quadrados de árvores abatidas na Amazônia até o ano de 2008, pouco mais de 62% são ocupados atualmente por pastagens e outros 20% passam por processo de recuperação natural da vegetação. Significa dizer que, nos últimos anos, a maior parte da área desmatada da Amazônia virou pasto.

Entretanto, há os que defendem o avanço dos agrocombustíveis como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). De acordo com a entidade⁷, o investimento em agrocombustível pode ajudar a aumentar a segurança alimentar nas economias rurais ao estimular a criação de empregos e elevar a renda. Segundo a organização, se administrados com responsabilidade, o cultivo pode desencadear investimentos necessários em infraestrutura agrícola e de transporte em áreas rurais. A posição da entidade não somente minimiza os possíveis impactos da produção dos agrocombustíveis sobre as áreas agrícolas, como reforça ser esse um caminho em direção à soberania alimentar.

Em meio a esse período expansionista do sistema canavieiro, observa-se também um processo de internacionalização do setor através da intensificação de fusões envolvendo capitais de origem nacional e estrangeira, como veremos no desenrolar desse artigo.

A internacionalização do setor é sinalizada pelo interesse de dois novos setores na agricultura: as sociedades petrolíferas e a indústria automobilística. No caso da primeira, trata-se de conservar os monopólios estabelecidos sobre os recursos energéticos e, no etanol, de guardar o controle dos novos carburantes adaptando-os ao ritmo exigido pelas tecnologias aplicada aos motores. Podemos citar como exemplo a Total na África, a Shell que investiu em pesquisas para produzir etanol a partir da celulose, a BP, Exxon, ou ainda a Petrobras no Brasil (HOUTART, 2010).

A questão é que esse processo de mundialização do capital no campo traz fortes consequências para as populações camponesas. Inserido neste contexto está a crescente utilização de mecanismos de subordinação da produção camponesa aos complexos agroindustriais – fato que vamos analisar a seguir.

A subordinação em forma de “parceria”, a entrada da cana no assentamento Monte Alegre

A entrada do plantio de cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre começou a ser discutida no início da década de 90. A escassez de terras e o interesse do poder público local impulsionaram a entrada da cana-de-açúcar nos assentamentos da região, que a princípio não contava com a aceitação dos órgãos gestores – ITESP e INCRA⁸. Conforme estudo realizado por Amaral e Ferrante (2007), a expansão da lavoura canavieira encontrava-se próxima do seu limite no eixo Araraquara – Jaboticabal – Ribeirão Preto, cuja ocupação chega a 90% dos solos. Neste sentido, os grupos usineiros da região, nesse primeiro momento representado pela família Malzoni, da usina Santa Luiza, tentam expandir

⁷ Reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, publicada em 17 de maio de 2011.

⁸ O INCRA é responsável pela gestão do assentamento Bela Vista do Chibarro, e o ITESP pelos demais assentamentos da região, como Monte Alegre, Bueno de Andrada e Silvânia. De acordo com Ferrante (2007), o INCRA, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, pareceu assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re) estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, como veremos adiante.

seus domínios sobre áreas de terceiros em busca de deter parcelas consideráveis do território, o que revela estratégias de garantir o monopólio agroindustrial da região.

Por outro lado, a necessidade do retorno financeiro imediato para sanar a dívida com o banco, a ausência de infraestrutura para armazenar os alimentos, somadas às dificuldades na comercialização e o anseio de obter uma renda fixa, fez com que crescesse também o interesse dos assentados em ingressar no cultivo da cana.

Em 2002, passados 10 anos desde a primeira proposta de consórcio entre a usina e os assentados, a cana-de-açúcar finalmente adentra nos núcleos do Monte Alegre. Neste período, o município de Motuca estava circunscrito em uma área de 23.200 hectares, dos quais mais de 17.000 eram cultivados com o plantio de cana-de-açúcar – a qual respondia por 70% da arrecadação municipal. A cana-de-açúcar, portanto, era base da economia municipal e o Projeto Cana elevaria a arrecadação de impostos, como o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços - ICMS. A agroindústria local - usina Santa Luiza, por sua vez, localizava-se muito próxima a diversas propriedades rurais do assentamento Monte Alegre – cerca de 10 km - o que reforçava o interesse da usina em firmar o contrato junto aos assentados.

O cultivo da cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados no Projeto Cana (assinado em 2002 pelo então prefeito Emílio Fortes) um aumento do poder aquisitivo do assentado, cuja projeção da receita líquida média nas cinco safras por lote agrícola era de R\$ 10.000 ao ano.

É neste contexto que é promulgado pelo ITESP - órgão gestor do Monte Alegre - a portaria nº75 de 24/10/2002, revogada posteriormente pela Portaria nº77 de 27/07/2004, como forma de viabilizar, por meios oficiais, a “parceria” entre a agroindústria e os assentados, atividade que já estava sendo realizada em alguns lotes. O texto não é específico para o cultivo de cana-de-açúcar, ele discorre sobre a produção de qualquer cultivo para fins industriais. Todavia, ele foi sancionado como resposta às tentativas de ingresso da cana nos assentamentos.

Para viabilizar a expansão do domínio das usinas nestas áreas, foi utilizado o termo parceria, uma vez que a utilização do termo arrendamento enfrentaria obstáculos e resistência por se tratar de espaços de reforma agrária. Mas não se trata também de uma parceria, como analisaremos ao longo deste trabalho. O termo criado pelos órgãos gestores para designar contratos entre assentados e usinas, envolvendo a permissão e expansão da cana nos assentamentos rurais legalizada pelo ITESP, através da portaria de 24/10/2002 - também ajuda a mascarar a assimetria de poder entre os dois contratantes. Como veremos a seguir, os assentados se encontram em relação de subordinação frente às usinas.

Segundo a portaria, os assentados podem plantar cana com finalidade industrial em até 50% do lote. Ao firmarem a “parceria”, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa em um contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas, conforme cláusula do contrato firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados:

“O(s) FORNECEDOR(ES) se obrigam e se compromete(m) a entregar toda a produção das canas advindas da mencionada área à RECEBEDORA e esta por sua vez, se obriga e se compromete a adquirir a totalidade das mesmas durante todo o ciclo canavieiro, correspondendo às colheitas das safras dos anos 2008 à 2012.”⁹

A compra “casada” é justificada pelo ITESP como um benefício fornecido ao camponês para que o mesmo consiga vender toda a sua produção. Se por um lado o assentado tem a garantia da demanda fixa, por outro, o que o contrato objetiva assegurar é o monopólio da produção camponesa por parte das usinas, pelo período de cinco anos. Logo, as usinas adquirem exclusividade na compra da produção dos assentados durante toda a safra.

⁹ Cláusula do documento intitulado Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de cana-de-açúcar - Safras 2008 a 2012, firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados do Monte Alegre.

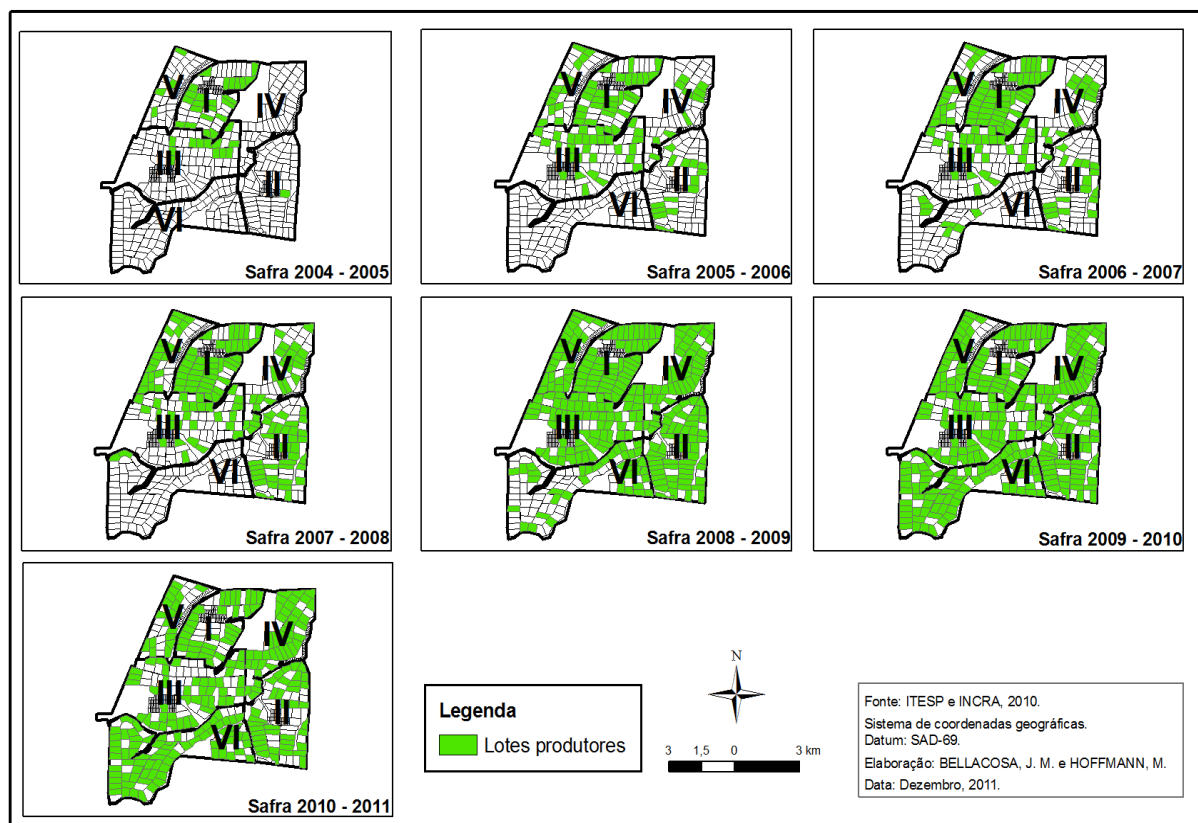
Quando a usina submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital, isto é, ela está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser a proprietária da terra, isto é, produzindo o capital pela via não capitalista (OLIVEIRA, 1990). Nesse caso, o capital monopoliza a unidade camponesa através da subordinação de sua renda. Ao firmarem contrato com as usinas, os produtores perdem autonomia e tornam-se quase sempre dependentes das indústrias processadoras que viabilizam a produção, cujo processo é denominado por Oliveira (1999) de monopolização do território pelo capital.

Essa estratégia é utilizada pelos grupos usineiros para expandir seus domínios sobre a região, já que no caso dos assentamentos rurais, não é possível territorializar o capital (OLIVEIRA, 1999), uma vez que as terras de reforma agrária não são passíveis de compra aos usineiros. A expansão da cana sobre essas áreas tem se pautado sobre “consórcios” que se assemelham a arrendamentos, como veremos adiante.

A evolução da cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre

Embora a “parceria” tenha se mostrado preocupante para alguns, com o aceite do ITESP, o Projeto Cana vigorou. A evolução da produção de cana dentro do assentamento pode ser visualizada no Mapa 2.

Mapa 2: Assentamento Monte Alegre: evolução das áreas de produção de cana – safras 2004 a 2011



No ano de 2004, 40 famílias do Monte Alegre plantaram cana com venda direta realizada para a usina Santa Luiza, o que representou 11% do total de lotes do assentamento. Na safra seguinte, esse número dobrou: 96 famílias aderiram à “parceria” com as usinas. Já na safra 2006/2007, 137 famílias fecharam contrato com as usinas para a produção de cana, o que elevou para 38% o número de lotes participantes do projeto.

Com um aumento gradativo ano a ano, o plantio de cana atingiu seu recorde na safra 2009/2010 com um total de 282 produtores, o que representou 79% das famílias instaladas no assentamento. Já na safra 2010/2011, houve uma pequena redução de produtores de cana no assentamento, devido em grande parte ao período de intervalo entre a finalização das safras e a renovação dos contratos com as usinas.

A área utilizada para produção de cana-de-açúcar saltou de 229,59 hectares, o equivalente a 5% da área total agricultável do assentamento na safra 2004/2005, para 1777,44 hectares na safra 2009/2010, que representa 36% de toda a área de cultivo do Monte Alegre, seguido de 1487,78 em 2011 – 30% de toda área agricultável do assentamento. A cana-de-açúcar passa a vigorar nas terras do Monte Alegre, seguida pelas produções em escala bem mais reduzida de milho, mandioca, feijão, manga, alface, entre outras.

O assentamento Monte Alegre transformou-se, de fato, em um mar de cana, principalmente se levarmos em conta que a legislação vigente determina o limite de 50% do plantio de cana por lote, o que impossibilita que este cultivo obtenha contornos ainda mais expressivos. Nesse caso, se levarmos em conta o limite de 50% estabelecido pela legislação, podemos referenciar que a produção de cana foi realizada em 72% da área permitida ao cultivo.

Este número é ainda mais expressivo quando analisamos o número total de famílias que aderiram ao projeto nesses últimos sete anos. Para termos uma ideia, desde que a “parceria” para o plantio de cana começou no assentamento, 89% das famílias ingressaram no projeto em algum período dessas sete safras. Significa dizer que somente 41 famílias, de um total de 358, optaram por não produzir cana até a safra 2010/2011.

Conforme citado anteriormente, o primeiro consórcio de cana na região foi realizado pela usina Santa Luiza, localizada a cerca de 10 km do assentamento Monte Alegre. Posteriormente, esta usina anunciou falência após quase 50 anos de atividade, e foi adquirida por outros três grupos que mantiveram os contratos junto aos assentados. Este processo, como veremos adiante, sinaliza a derrocada das usinas administradas por relações familiares, frente à atuação do capital monopolista na agricultura.

A falência da usina Santa Luiza e a internacionalização do capital na agricultura

A lógica do capital que no campo assume a expressão máxima no agronegócio não impacta somente os camponeses, mas também os diversos setores da economia. É o que ocorreu com a usina Santa Luiza¹⁰ que anunciou falência em 2007. Principal fonte de renda do município (responsável por 25% do orçamento de Motuca) a usina completaria 50 anos em 2008, quando teve que ser fechada.

Este processo é reflexo da internacionalização do capital no setor sucroalcooleiro, marcado pelo crescimento das grandes transnacionais no setor face à ruína das usinas sustentadas por relações familiares – que expressam, sobretudo, a atuação monopolista do capital nesse setor. Exemplos como o da família Malzoni, proprietária da usina Santa Luiza, se multiplicam na região: a família Corona entregou as unidades Tamoio, localizada em Araraquara (SP), e Bonfim, situada em Guariba (SP), em 2006 para o Grupo Cosan, já a família Zanin, de Araraquara, repetiu o processo em 2011.

As usinas familiares têm sofrido com a sucessão familiar, e não tem conseguido acompanhar os novos padrões de produção impostos pela internacionalização do setor sucroalcooleiro, fazendo com que sejam incorporadas pelo grande capital. Além dessas dificuldades, a crise que estourou no setor sucroalcooleiro em 2008 também favoreceu este cenário. A possibilidade de rolagem de dívidas por empresas nacionais, como as usinas fizeram historicamente, foi prejudicada pela escassez de crédito em um período de crise, o

¹⁰ Na época em que a usina Santa Luiza foi desativada havia cerca de 20 integrantes da família Malzoni no controle acionário da empresa.

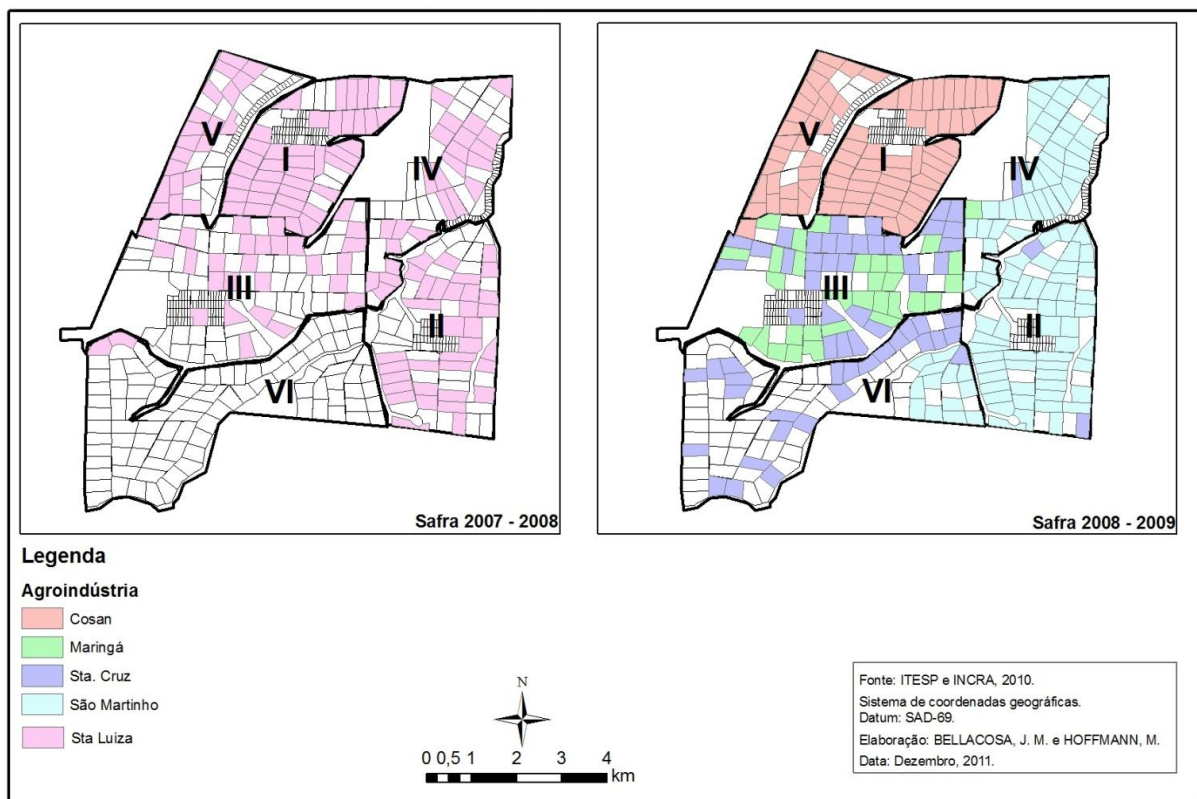
que estimulou o processo de fusão e aquisição de usinas brasileiras por grupos estrangeiros (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011).

Nesse processo, a usina Santa Luiza foi adquirida por outras três usinas: Bonfim, do Grupo Cosan, localizada em Guariba (SP); São Martinho em Pradópolis (SP) e Santa Cruz em Américo Brasiliense (SP). A aquisição se deu através da Etanol Participações S/A, uma *holding* formada por essas três empresas. Os contratos foram repassados e divididos entre as três usinas conforme a participação acionária de cada uma. Os grupos, por sua vez, optaram pelo fechamento da usina, apesar da presença de maquinários modernos.

A decisão ratificou o que era comentado no setor, que a compra da Santa Luiza serviu para evitar que algum concorrente das empresas se antecipasse e adquirisse a unidade ou ainda que o futuro fechamento ampliasse a oferta de cana para as unidades de outras empresas. O grande interesse dos grupos que compraram a Santa Luiza foi ampliar a oferta da matéria-prima de forma a fortalecer sua hegemonia na região, evitando que outro concorrente o fizesse. Por isso que mesmo com a compra, os controladores decidiram por desativar a unidade industrial da usina. Neste sentido, Grupo São Martinho, Cosan e Santa Cruz disputam os mercados da região intensificando a concentração de poderes e territórios.

As usinas também repartiram os contratos firmados entre a usina Santa Luiza e os assentados. A partilha foi estabelecida segundo a distância de cada lote com os empreendimentos. Então cada produtor firmou contrato com a usina mais próxima do seu lote. Os núcleos 1 e 5 com a Bonfim, 2 e 4 com a São Martinho, VI com a Santa Cruz e São Martinho, e 3 com a Santa Cruz. A partir do Mapa 3 é possível visualizar como ficou geograficamente a divisão dos novos contratos para a produção de cana após o desmembramento da usina Santa Luiza.

Mapa 3: Assentamento Monte Alegre: divisão dos contratos agroenergéticos após a falência da usina Santa Luiza

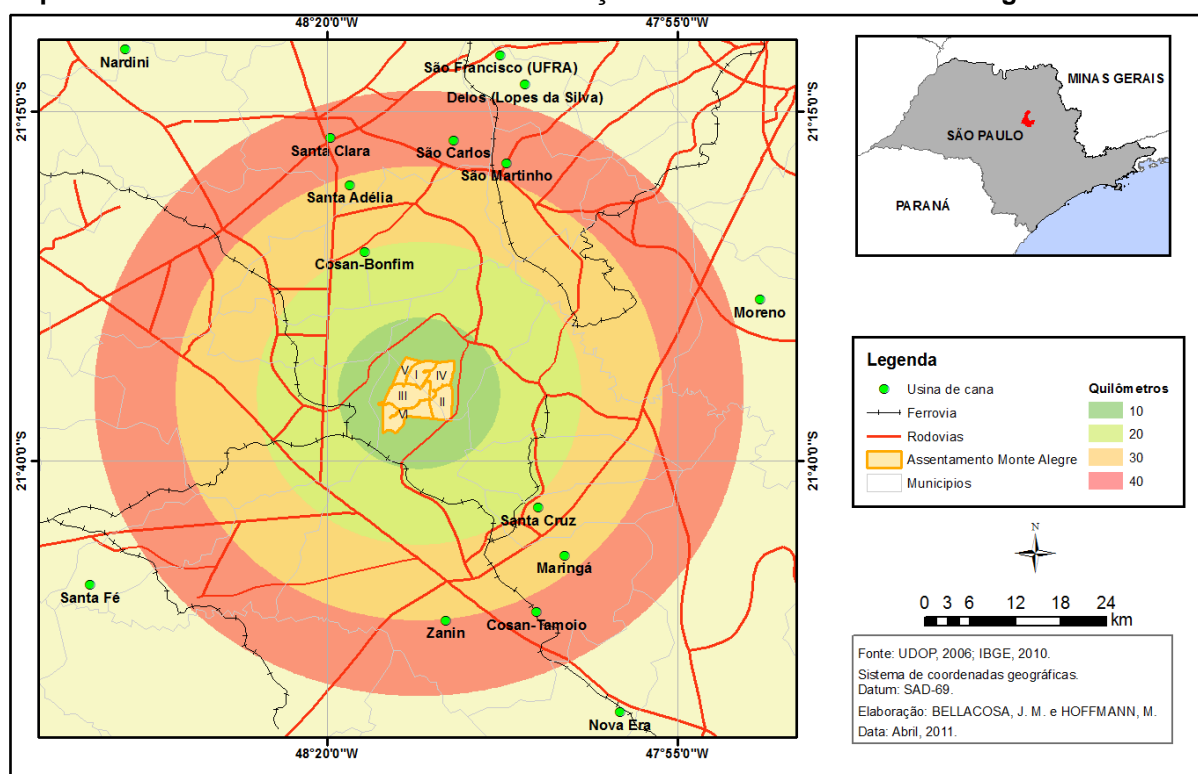


No Mapa 3 é possível notar também que além da aquisição dos contratos efetuados anteriormente pela usina Santa Luiza, os três grupos ampliaram seus domínios sobre a terra dos assentados, através do estabelecimento de novos contratos. Vale destaque também à

presença da usina Maringá, que neste período também fixou contratos com os assentados, em lotes que ainda não haviam iniciado a “parceria” para a produção da cana.

Já no Mapa 4 é possível visualizar a localização dessas usinas, todas situadas em um raio inferior a 30 km do assentamento Monte Alegre. Também é possível observar a existência de outras usinas nas proximidades, como Zanin, Santa Adélia, São Carlos, que sinalizam a força do setor sucroalcooleiro nessa região. Somente nesse raio de distância traçado até 40 km do assentamento Monte Alegre, observamos duas unidades do Grupo Cosan, o maior do setor – Tamoio e Bonfim.

Mapa 4: Distâncias das usinas de cana em relação ao assentamento Monte Alegre



Segundo orientações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil¹¹, em tradicionais regiões produtoras de cana costuma-se utilizar uma distância econômica padrão de produção até a indústria de 20 quilômetros. Esta distância é determinada pelos altos custos de transporte da cana até a unidade industrial, sendo um dos fatores decisivos na rentabilidade da lavoura.

O produtor que tiver que deslocar a cana para ser processada em uma unidade industrial distante 50 quilômetros de sua lavoura, por exemplo, terá um acréscimo no custo de produção de 13%. Já uma cana distante 5 quilômetros da unidade industrial terá um custo inferior em 7% ao de uma lavoura distante 20 Km da unidade industrial. Então, em função dos custos do transporte da cana, a localização vai interferir diretamente na formação da renda da terra diferencial, e visando à acumulação do capital as usinas tendem a cercar as terras mais próximas a ela.

Este fato revela uma das características da expansão do setor sucroalcooleiro que é o da concentração de terras, isto é, para que a usina possa ser competitiva no mercado, ela precisa expandir seus domínios sobre as terras localizadas ao redor da sua unidade industrial. Neste processo, a usina tende a pressionar as áreas vizinhas, de forma a transformar tudo em canavial – expressão concreta do processo de territorialização

¹¹ CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro*. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007.

monopolística efetuada pelos grupos agroindustriais canavieiros. É nesse contexto que observamos o interesse das usinas também nas terras de assentamentos rurais de reforma agrária.

Do ponto de vista da internacionalização do setor sucroalcooleiro, a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para aproximadamente 25% em 2010 (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011). Verifica-se, então, a partir do início dos anos 2000 um crescimento da massa de investimentos estrangeiros no setor, com destaque para produtores europeus de açúcar, como os grupos franceses Tereos e Louis Dreyfus; e mais recentemente grandes tradings e grupos asiáticos.

Muitas usinas também iniciaram a partir de 2000 a abertura de capitais de suas companhias na bolsa de valores para angariar recursos. É o caso do Grupo São Martinho¹², da família Ometto¹³, que abriu o capital da companhia em 2007, e comprou no mesmo ano 41,67% do capital da usina Santa Luiza e 32% da usina Santa Cruz com o adicional de 17,97% da Agropecuária Boa Vista, sua empresa agrícola, em 2011. Hoje o grupo possui três usinas em operação: São Martinho, Iracema e Boa Vista.

A Cosan, criada por Rubens Ometto em 2000, através da união das usinas da família sob o mesmo grupo, foi uma das pioneiras nesse processo, tendo ingressado no mercado de ações da Bovespa em 2005. Na atualidade, a Cosan tem adotado uma política de expansão corporativa e territorial que tem significado a incorporação de novas usinas, bem como a fusão com diferentes grupos econômicos. A mais recente fusão da empresa foi feita com a petroleira holandesa Shell que resultou na formação da *joint venture* Raízen. A constituição da corporação significou a maior transação do setor sucroenergético brasileiro e apresenta como um dos seus objetivos elevar o etanol à condição de *commodity* internacional¹⁴.

O interessante é que nos últimos cinco anos a direção da companhia resolveu apostar na diversificação de sua atuação no mercado, com vistas a reduzir os riscos, e neste processo investiu mais de 7 bilhões de reais em aquisições e investimentos. Nesta escalada, a companhia fundou uma empresa de logística, a Rumo; criou ou comprou também empresas de alimentos, cogeração de energia, lubrificante, distribuidora de gás natural e gestão de terras¹⁵.

Portanto, estamos diante de um novo processo de mundialização do capital, marcado pela concentração de poder nas mãos de poderosas corporações transnacionais que comandam não mais um único setor, mas toda uma cadeia produtiva, passando pela produção de insumos, produção de alimentos, processamento, logística, geração de energia, e até gestão de terras.

Este novo cenário deflagrado pela intensificação do monopólio das forças produtivas e concentração de capitais traz fortes consequências para o campo e principalmente para as populações camponesas, pois o capital procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato.

O mercado global traça novos padrões de escala de produção, ao mesmo tempo em que restringe o leque de cultivos a serem produzidos. Esse processo tem levado à orientação progressiva da produção agropecuária para o mercado externo, em detrimento da produção para o consumo próprio, local ou nacional. O campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*, favorecendo a formação de monoculturas através de cultivos como a cana-de-açúcar.

No que concerne ao trabalho, analisaremos a seguir de que forma esse processo tem modificado as relações de trabalho na unidade de produção camponesa, sob uma análise do ingresso do setor sucroalcooleiro nas terras de reforma agrária.

¹² O grupo São Martinho teve, a partir de fevereiro de 2007, suas ações abertas à negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código SMT03.

¹³ Luis Ometto, João Ometto e Nelson Ometto que estão à frente do grupo São Martinho são parentes de Rubens Ometto, criador da Cosan.

¹⁴ Ver Raízen. Disponível em: <http://www.raizen.com.br/pdfs/apresentacao.pdf>. Acesso: agosto de 2012.

¹⁵ Ver reportagem sobre Rubens Ometto na Brasilagro, publicada em 12 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/43518>. Acesso: agosto de 2012.

As relações de trabalho na “parceria” dos canaviais

Inicialmente, o acordo firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados estabeleceu que tanto a produção quanto o corte da cana deveria ser realizado pelos próprios assentados, que se organizaram sob o regime de mutirão. Esse regime, assim como a troca pura e simples de dias de trabalho entre os assentados, são práticas tradicionais camponesas de ajuda mútua, empregadas para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar. Esse processo tende a aparecer em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 1990).

É importante destacar que a realização do mutirão não está subscrita às leis trabalhistas, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT regulamenta o trabalho subordinado, configurado através da dependência econômica do empregado junto ao empregador, o que não corresponde à práxis camponesa onde as relações se dão sob a solidariedade e cooperação (PASSOS, 2011).

A execução de todo o ciclo de plantio pelos assentados foi uma das “bandeiras” do projeto apresentado pela prefeitura de Motuca e um dos fatores responsáveis pela aceitação e viabilização da entrada da cana no assentamento, conforme expresso em ofício apresentado ao Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues pelo então prefeito de Motuca Emílio Fortes:

Assim sendo, estamos fomentando uma parceria inédita em assentamentos rurais do Estado de São Paulo, uma vez que 100% dos procedimentos de mão de obra braçal são executados pelos próprios agricultores, e até o presente momento não houve utilização de crédito rural, uma vez que todo investimento será pago em produção de cana nas safras vindouras.¹⁶

Dessa forma, a usina ficaria responsável por fornecer as mudas, tecnologia do plantio, adubos e insumos, processamento e compromisso de compra das matérias-primas, enquanto os assentados deveriam se incumbir do restante, que incluía o plantio, os tratos culturais, o corte, e até o transporte da cana junto à usina. As atividades de preparação do cultivo eram disponibilizadas apenas na primeira safra e descontadas em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda, e 20% na terceira. Neste caso, em que o assentado participa de praticamente todas as etapas do processo produtivo, a cana ainda aparece como produto do trabalho camponês.

Assim, mesmo a usina controlando através de um “receituário” todas as etapas do processo produtivo, a cana aparece como produto do trabalho camponês, pois é resultado do trabalho da família. Deste modo, apesar da subalternidade dos camponeses no processo, desta “inclusão subordinada” nas palavras de Fabrini (2010), estamos diante da agricultura camponesa. Logo, o trabalho e a renda da terra são transferidos ao capital na etapa da comercialização da produção. Então nesse caso, ainda que de forma subjugada às usinas, o camponês consegue produzir agrocombustível sem perder de forma plena sua condição camponesa, mesmo que encontre desafios à sua emancipação.

Todavia, com o passar do tempo, as usinas passaram a levar seus próprios funcionários para a realização do plantio e do corte e passaram a descontar 35% do total da produção de cada safra. Desse montante: o corte foi responsável por 19,90%, o carregamento por 4,02% e o transporte por 11,08%. Conforme referenciamos anteriormente, o camponês que opta por delegar à usina a tarefa do plantio e fornecimento de todos os insumos necessários para o cultivo recebe os descontos em tonelagem: 50% na primeira

¹⁶ Ofício 118/2004 enviado a Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, pelo então prefeito de Motuca Emílio Fortes no dia 19 de abril de 2004. Este ofício teve como objetivo solicitar apoio do governo federal ao projeto desenvolvido no município de Motuca, através da aquisição de um trator agrícola de alto desempenho e viabilização do crédito rural subsequente. A visualização deste material foi disponibilizada por Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca em agosto de 2012.

colheita, 30% na segunda e 20% na terceira. Já aquele que transfere para o comando da usina também as tarefas do corte, carregamento, e transporte, recebe ainda o desconto de 35% sobre o valor total da produção. Esse fato sinaliza a apropriação de uma parcela cada vez maior da renda da terra camponesa pelas usinas e o fortalecimento da lógica da agricultura capitalista nesses espaços de reforma agrária.

Ao transferir praticamente todo o trabalho para a usina, o camponês passa a participar minimamente do processo agrícola, cujo preceito estabelece plena semelhança à prática do arrendamento. A participação do assentado no processo de produção da cana passou então a ser restrita aos tratos culturais do plantio: controle das formigas, controle das ervas daninhas. A parte que exige um trabalho mais árduo, plantio e corte, já não está sendo mais feita por ele, o que vai reduzir sua renda com a atividade, uma vez que a usina receberá por este serviço prestado, e se apropriará de mais uma parcela da renda da terra camponesa. Dessa forma, há uma clara transferência de renda dos camponeses para o grande capital que ocorre não somente no âmbito da comercialização do produto camponês e na venda de insumos, como também ao que concerne à extração de mais-valia de todos os trabalhadores inseridos nesse processo.

Os tratos culturais ainda permanecem sob a responsabilidade do produtor, pois é desta forma que o ITESP consegue legitimar esta “parceria”, isto é, justificando que não ocorre arrendamento total nas terras de reforma agrária, uma vez que a família camponesa participa do cultivo da cana ao despendar algum trabalho no canavial.

Assim, a cana aparece como um obstáculo tanto para o desenvolvimento do trabalho familiar na unidade camponesa, quanto para a socialização do camponês no interior do processo produtivo. Seria o cultivo da cana através das “parcerias” agroindustriais uma questão de flexibilidade de adaptação a uma situação de crise? Ou esse processo nos revela indícios de descamponização? É o que abordaremos a seguir.

O que foi feito com a renda da cana? A reprodução contraditória do campesinato

A cada ciclo agrícola a reposição dos meios de trabalho é realizada por intermédio de empréstimos bancários - necessário em função das más condições financeiras dos camponeses do assentamento. A compra de insumos, e equipamentos necessários ao cultivo, isto é, mercadorias industrializadas, possui um valor superior à venda do produto camponês sob a forma de matéria-prima.

Nesse processo, como Tavares dos Santos (1978) esclarece em seu estudo sobre os colonos do vinho, há uma transferência de parte do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial, em função dos preços que o camponês paga por aqueles bens, cujo retorno na hora da venda do produto fica aquém do investimento realizado. Inserido nesse contexto, parte da renda da terra camponesa é drenada também pelo capital financeiro através de juros cobrados pela aquisição de empréstimos. Ademais, o camponês geralmente se vê obrigado a vender sua produção a baixos preços.

Então é comum os camponeses disporem de rendimentos negativos, determinados pelo modo de produção capitalista e pelas exigências que a dominação deste impõe ao produtor simples de mercadoria. Logo, apesar do processo de trabalho camponês não ser especificamente capitalista ele é reproduzido pelo modo de produção capitalista, isto é, ele é necessário à reprodução ampliada do capital.

Na confluência desses fatores, os assentados dificilmente conseguem escapar do endividamento bancário. Então em meio a esse cenário de escassez de recursos, de imobilidade, eis que surge a proposta da cana, que passa a ser encarada como salvação. Se por um lado o capital cria os liames para a dependência do produtor via endividamento, ele também transforma essa fragilidade em novos mecanismos de acumulação de capital através da introdução de projetos de “integração” que subordinam ainda mais à produção no campo.

Todavia, até os assentados que falam com reservas do ingresso da cana no assentamento, afirmam que o cultivo trouxe muitos benefícios à população local, e inclusive alterou o padrão de vida de muitos camponeses do Monte Alegre. A renda líquida média obtida por família na safra 2004/2005 foi de R\$ 17.081, o equivalente a R\$ 1.423 mensais. No ano seguinte, esse número se elevou para R\$ 20.622. Nas safras subsequentes o número variou na casa dos R\$ 14.000 e R\$ 10.000. A renda total líquida refere-se ao resultado da renda total menos despesa total, isto é, o valor total recebido pelos assentados, já descontados os investimentos realizados no plantio pelas usinas, salvo os investimentos feitos para os tratos culturais a partir do segundo ano de produção, como adubo, herbicidas, etc.

A renda obtida com a cana representou para muitas famílias uma elevada quantia financeira – a maior que já tiveram ao longo das diversas experiências agrícolas. Para a maior parte dos assentados a cana representou cerca de 60% dos rendimentos totais da família, tendo esse número variado em uma média de 40% a 90%, segundo relatos. Do ponto de vista econômico, conforme os dados apresentados, a cana foi um projeto que apresentou êxito.

Mas o que foi feito com a renda da cana?

A renda obtida através da produção canavieira foi, primordialmente, utilizada para quitar dívidas junto às instituições financeiras. Ademais, foi utilizada para ampliar e reformar a moradia, para comprar automóvel, e também na realização de benfeitorias no lote. Diante desse cenário questiona-se: além da aquisição de bens e pagamento de dívidas, a renda da cana foi utilizada para outros fins? Mais especificamente: ela foi utilizada como base de investimento em outras culturas? Os assentados diversificaram a produção ou tornaram-se totalmente dependentes da produção canavieira?

Para apoiar essa análise realizamos diversas entrevistas com famílias que foram escolhidas de forma aleatória entre os núcleos I, II e III do assentamento Monte Alegre. De acordo com os depoimentos, observamos que a maior parte dos assentados também aplicou uma parcela no cultivo da mesma cana para a realização dos tratos culturais, além de investir em outras culturas nos outros 50% do lote, com destaque para o plantio de grãos, eucalipto, frutas, criação de gado e produção de leite. Neste contexto, foram adquiridos adubos, mudas e em alguns casos até equipamentos.

Nesse sentido, ao possibilitar o pagamento das dívidas, e o investimento em outros cultivos, antes paralisados por falta de financiamento, a monocultura canavieira, contraditoriamente, favoreceu a permanência do camponês na terra e, de certa forma, sua socialização no interior do assentamento. É importante ressaltar que diante do endividamento bancário e da falta de recursos para investir no lote, o camponês também tinha de certa forma sua autonomia tolhida, uma vez que estava de “mãos atadas” sem poder produzir, o que poderia culminar até no abandono do lote.

Esse movimento ocorre de forma dialética, pois essa atividade da forma como foi realizada representou uma ameaça à autonomia camponesa, à continuidade do trabalho familiar e, em muitos casos, simbolizou um obstáculo à socialização do camponês no assentamento, já que a cana é excludente de mão de obra. De fato, a atividade canavieira no assentamento Monte Alegre sob o controle das usinas representou um entrave ao modo de vida camponês ao mesmo tempo em que favoreceu sua resistência contraditória, uma vez que a maioria dos assentados procurou reafirmar sua condição camponesa na realização de outros cultivos, antes paralisados por falta de recursos.

Neste cenário, portanto, a associação dos assentados com as agroindústrias da cana apresentam mais dilemas do que verdadeiramente perspectivas. Ainda mais se levarmos em conta o desinteresse das agroindústrias na renovação dos contratos. A questão central não está na cana, mas na forma como esse cultivo foi conduzido no assentamento, através dos contratos agroindustriais, que se assemelham a arrendamentos contrariando as premissas da reforma agrária, principalmente no que se refere às melhorias nas condições sociais e políticas das comunidades rurais.

A transformação de alguns assentados à similaridade de “rentistas” mostra os sinais da contra reforma agrária no campo. A princípio, não há contradição entre campesinato e

agrocombustível, a contradição que existe está na subordinação da agricultura à indústria, isto é, na produção canavieira realizada pelos setores dominantes ligados ao agronegócio. A fala de Adiel é singular nesse processo:

Eu plantei por conta esse alqueire ai, não tem nada de usina e eu passei a vender pra quem eu quiser. Se eu quiser vender para garapeiro eu vendo, se eu quiser vender para uma usina eu vendo. Até o pessoal do INCRA falou, pra quem você quiser vender sua cana, a gente autoriza. Eu não tenho nada com usina, não tenho contrato, sou livre pra fazer o que eu quiser.¹⁷

O depoimento de Adiel sinaliza que é possível produzir agrocombustíveis sem perder a condição camponesa, principalmente no que se refere à autonomia e a emancipação: “eu não tenho nada com usina, não tenho contrato, sou livre para fazer o que eu quiser”. Entretanto, é necessário assinalar que apesar da possibilidade de produzir cana às expensas, essa não é uma tarefa fácil, principalmente diante das novas exigências que o capital, na figura do Estado, impõe ao setor sucroalcooleiro no campo.

Inserido neste contexto está a introdução da lei paulista que proíbe a prática de queimadas nas colheitas de cana-de-açúcar até 2014 e, conseqüentemente, exige a mecanização do corte, o que pode inviabilizar o cultivo familiar e autônomo na presença dos canaviais. Como Tavares dos Santos (1978) demonstrou ao analisar o processo de expropriação do artesanato doméstico do vinho na década de 1930, as exigências legais colocaram os camponeses em duas alternativas possíveis: a de adequação aos equipamentos necessários pela nova legislação aprovada, ou o abandono do artesanato doméstico do vinho.

No caso da cana-de-açúcar o processo é semelhante, se o governo impõe como norma um padrão de produção com base na mecanização a todo o setor, aqueles que não tiverem condições de se adequar à composição dos novos equipamentos, deverão ou abandonar a produção da cana, ou procurar “parcerias” com as agroindústrias para produzir, mesmo que de forma subalterna.

O exemplo de Adiel mostra que não há um único processo em curso. A resistência camponesa aparece nas mais variadas formas. Nesta direção, ao observar mais detalhadamente, registram-se diversas alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, caso dos mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas prefeituras locais ou da incorporação da produção assentada à merenda municipal de Araraquara, através de incentivos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal – PAA.

Nas duas iniciativas, parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, prioritariamente assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a composição da merenda escolar, no caso do PNAE, e para formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, no projeto do PAA. Assim, apesar da predominância, a cana tem dividido espaço com outros cultivos, isto é, ainda há uma diversificação na produção, mesmo que em escala reduzida.

A crise do Projeto Cana

Uma grande inquietação circula no assentamento Monte Alegre. As últimas safras de cana se aproximam e o contrato de renovação para uma nova produção ainda não foi firmado. Ao conversar com diversas famílias é notória a preocupação referente à continuidade do Projeto Cana dentro do assentamento. Da parte da maioria dos assentados,

¹⁷ Entrevista realizada com Adiel, assentado do Bela Vista do Chibarro, em dezembro de 2010.

é possível observar o desejo de permanência dessa produção, mas o projeto não depende exclusivamente deles para durar.

Ao que tudo indica as usinas não têm demonstrado interesse em renovar os contratos devido a alguns fatores. O primeiro refere-se à introdução da Lei Estadual 11.241, de 19 de setembro de 2002, que proíbe a prática da queima da palha de cana-de-açúcar em áreas mecanizáveis em São Paulo. Como a prática não pode acabar de um dia para o outro, porque demanda planejamento por parte do produtor, foi definido um prazo limite, que se encerra em 2014.

Com essa lei, o corte passa a ser obrigatoriamente mecanizado¹⁸ e, portanto, economicamente mais viável em grandes extensões de terra, já que o custo da máquina em pequenas extensões é mais elevado. Em virtude desse fator, para que se tenha uma lucratividade maior, é necessário que a máquina seja utilizada em uma área contínua, o que justifica o desinteresse das usinas na renovação dos contratos.

Seguindo essa lógica, para que o projeto continue tendo a viabilidade econômica esperada pelas usinas, é necessário que vários lotes sequenciais entrem na “parceria” e produzam cana. Lotes espalhados ou em áreas alternadas não permitirão um trabalho uniforme e sequencial do corte, o que ocasionará um aumento no custo da máquina colheitadeira. Segundo publicação do MAPA¹⁹, a mecanização do corte exige aumento dos talhões, variedades mais produtivas e adaptadas a essas condições, principalmente aquelas que não tombem com ventanias e temporais e que produzam pouca palha, facilitando o uso da colheitadeira e evitando incêndios, além de requerer terrenos pouco acidentados, com baixa declividade.

Segundo o balanço do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro, divulgado em março de 2012, a mecanização das lavouras de cana-de-açúcar em São Paulo alcançou a marca de 81,3% das usinas e 24,2% dos fornecedores do Estado na safra 2011/2012. Isso representa uma área de 3,12 milhões de hectares mecanizados ou 65,2% de toda cana plantada no Estado. Ao todo, 2.890 colhedoras de cana estão em operação no Estado. Na safra passada, esse percentual era de 55,6%. Então gradativamente as usinas têm elevado seu grau de mecanização.

As usinas também têm recuado a respeito da renovação dos contratos devido aos problemas enfrentados com relação ao mutirão junto ao Ministério do Trabalho no primeiro ciclo do plantio, devido à falta de equipamentos no trato da cana.

Segundo nos relatou Jair, assentado do Monte Alegre II, os problemas gerados junto ao Ministério do Trabalho atrapalharam a imagem das usinas e, conseqüentemente, a venda de seus produtos no mercado internacional. O comentário proferido por Jair sobre o impacto da imagem da usina no resultado das vendas no mercado internacional é reflexo do processo atual de internacionalização do capital na agricultura. Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas ao mercado externo. Esta condição confere às transnacionais do agronegócio a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

A fala de Jair revela as características do trabalho “cativo” ao qual estão inseridos os assentados nessa cadeia da agroenergia, comandada pela lógica do lucro e do mercado mundial. A absorção do trabalho dos camponeses se realiza por mecanismos diversos: fornecimento de sementes, compra da produção, plantio e colheita da cana realizada pelas usinas, e até a imposição de regras de comportamento no trabalho, características de uma empresa capitalista.

Esta nova conjuntura traz desdobramentos para as unidades de reprodução camponesa e a vida no campo. Ao associar-se com os grandes grupos usineiros, o assentado passa a executar seu trabalho de forma cada vez menos autônoma, ao passo

¹⁸ Estima-se que cada máquina substitua entre 80 e 200 trabalhadores (ÚNICA, 2000).

¹⁹ Ver Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Série Agronegócios: Cadeia Produtiva da Agroenergia. Vol.3. 2007.

que favorecer a imagem da usina no mercado mundial torna-se uma nova preocupação para ele.

Em estudo realizado por Welch e Fernandes (2008) sobre o campesinato e o agronegócio da laranja, os autores relatam que as políticas de controle maquinadas pelas processadoras criam uma forma de compreensão generalizada em que transparece o camponês como o problema do processo e, portanto, uma tendência de marginalizá-los.

Acredito que podemos transpor essa compreensão para o caso da cana na área de estudo em questão. A postura das usinas frente à renovação dos contratos sinaliza esse processo – de transferência da responsabilidade da questão para o camponês. Este fato não surpreende, pois a lógica camponesa é realmente diversa da lógica capitalista, da lógica do agronegócio. Mesmo que haja um controle extenso sobre todas as etapas do processo produtivo por parte das usinas, é de se esperar uma conflitualidade entre o modo de vida camponês e as exigências do capital internacional.

O fato é que se de um lado as usinas não têm demonstrado interesse em renovar os contratos, por outro, os assentados não perdem a esperança de renovar o plantio. O resultado dessa equação são lotes ociosos à espera de uma resolução. Nesse ínterim, alguns têm optado participar do plantio de soja para o projeto de biodiesel – programa que aparece como uma alternativa nesse período de crise. O projeto é fruto do programa criado pelo governo federal para alavancar a produção de biodiesel no país, conforme tecemos a seguir.

A iniciativa brasileira: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

No momento em que o agrocombustível emerge no centro do debate mundial sobre a “sustentabilidade” e o Brasil aparece como um dos países a liderar o crescimento desse setor, o governo brasileiro instituiu em 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), como ação estratégica e prioritária para o País.

Em janeiro de 2005, o governo promulgou a Lei nº 11.097, que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e amplia a competência administrativa da ANP, que passou, desde então, a denominar-se Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A partir da publicação da citada lei, a ANP assumiu a atribuição de regular e fiscalizar as atividades relativas à produção, controle de qualidade, distribuição, revenda e comercialização do biodiesel e da mistura óleo diesel-biodiesel (BX).

A Lei determina ainda que “O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados (...) terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista” (Art. 2o, § 4o). Para efeitos do programa, o governo considera agricultor familiar àquele que atende os requisitos impostos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.

Ademais, o governo considera agricultor familiar o beneficiário do Pronaf, conforme estabelecido no art. 5º do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, e possuidor da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. O termo agricultura familiar tem sido muito utilizado no discurso das políticas públicas como forma de escamotear o caráter concentrador da agricultura capitalista, na tentativa de modernizá-la. Nesta perspectiva, o termo agricultor familiar surge de forma a designar o quão os agricultores estão inseridos no

mercado - na tentativa de substituir o conceito de camponês, vinculado a lutas políticas e entendido academicamente (por uma corrente de pensamento) como associado ao atraso.

Neste sentido, quando nos referirmos ao discurso oficial do Programa de Biodiesel manteremos o termo agricultura familiar, mesmo que arbitrário, para que seu entendimento esteja em consonância com a preleção governamental.

Segundo o discurso oficial, o programa surge com o compromisso de viabilizar a produção e o uso do biodiesel no país, além de apoiar a participação dos agricultores familiares nesta produção. O grande diferencial deste programa voltado à produção dos agrocombustíveis residiria, então, no conteúdo social, que visa incorporar *“mais de quatro milhões de famílias de agricultoras e de assentados da reforma agrária na cadeia de produção do biodiesel no Brasil”* (MDA, 2011, p.6).

Neste contexto, a principal ação verificada refere-se à institucionalização do Selo Combustível Social que garante benefícios às empresas que comprarem a matéria-prima de agricultores familiares, tais como diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS; participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da ANP; acesso às melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa (ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos); além de poderem se beneficiar da imagem “socialmente responsável” em suas propagandas comerciais.

Para aquisição do Selo Social, as indústrias precisam comprovar a compra de matéria-prima da agricultura familiar de acordo com percentuais mínimos: 30% nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e 15% nas regiões Norte e Centro-Oeste, além de outros ajustes contratuais.

O que vamos analisar no desenrolar do texto perpassa por essa questão sobre como ocorre atualmente à integração dos camponeses na produção do biodiesel, e de que forma a proposição do governo tem se realizado na prática, sob a experiência vivenciada no assentamento Monte Alegre.

O Projeto Biodiesel no assentamento Monte Alegre

O projeto biodiesel no assentamento Monte Alegre foi introduzido pelo então prefeito de Motuca João Ricardo Fascinelli (2009 - 2012) e contou com a parceria de diversos órgãos, tais como Ministério de Desenvolvimento Agrário, Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF), UNESP, Instituto Inova, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Banco do Brasil e empresa Biopetro (Bio Clean Energy) e o apoio da Federação da Agricultura Familiar.

Para a viabilização do projeto, o prefeito de Motuca, João Ricardo, doou uma área para a construção de uma usina de biodiesel, e pleiteou a aquisição de R\$ 2 milhões junto ao governo federal, de forma a obter recursos para a construção da unidade industrial.

Diferentemente do Projeto Cana, os contratos para a produção das oleaginosas no assentamento Monte Alegre foram estabelecidos entre os assentados e a COOPERFASC – a cooperativa responsável por intermediar a comercialização das oleaginosas junto à empresa “parceira” do projeto. O acordo jurídico foi firmado para o período de 12 meses e estabeleceu 50% do lote como área limite para o cultivo, em concordância com a legislação do ITESP que regulamenta a produção de cana e as demais culturas para fins de processamento industrial.

Enquanto o contrato da cana é firmado por cinco anos, o do biodiesel estabelece apenas um ano de vigência, e cada cultivo permanece cerca de quatro meses na terra, com alternância de culturas. Este limite contratual de 12 meses está em consonância com as normas estabelecidas pelo MDA. Nesse caso, o cultivo da soja permite uma flexibilidade maior do que o cultivo da cana.

Se por um lado o período estabelecido pelo contrato favorece a autonomia do agricultor (principalmente no comparativo ao Projeto Cana), por outro, ela é igualmente cerceada no momento em que o agricultor aceita comercializar a sua produção única e

exclusivamente para a cooperativa, sob todas as regras da mesma, nos moldes de uma “parceria” agroindustrial, conforme o trecho:

Toda a produção colhida na área deste CONTRATO e durante a vigência do mesmo, deverá ser entregue pelo(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) à COOPERFASC, sob pena de responder por perdas e danos e multa. Para tanto a COOPERFASC garantirá o pagamento do valor da cotação, vigente na data da colheita, referente ao Preço Médio de Mercado para o Estado de São Paulo, cotação disponível no site da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, sendo que se o valor dessa cotação for inferior ao valor do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), para o Estado de São Paulo, a COOPERFASC compromete-se a pagar o maior valor entre essas duas cotações. A esse valor poderão ser acrescidas bonificações, negociadas, diretamente com a COOPERFASC, durante a vigência do presente CONTRATO.²⁰

O pagamento pela matéria-prima é realizado via COOPERFASC, com base no preço médio de mercado das oleaginosas para o Estado de São Paulo na data vigente da colheita divulgados pela Conab, com resguardo do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar – PGPAF.

Com relação à mão de obra, o contrato menciona que para a execução do trabalho braçal, o agricultor deve utilizar exclusivamente a força de trabalho familiar, o que reforça que não deve haver contratação, nem auxílio de pessoas que estejam fora da composição da força de trabalho do referido lote.

Este fato inviabiliza as práticas de ajuda mútua presentes nas unidades de produção camponesa como o mutirão e as trocas de dias de trabalho entre os moradores do Monte Alegre. Como já mencionamos anteriormente, o mutirão não é regulamentado pelas leis trabalhistas, pois não corresponde a um trabalho subordinado. Entretanto, ele vem sendo suprimido pela normatização do trabalho do universo empresarial. Quando se formam associações entre camponeses e indústria a tendência é a indústria comandar o processo produtivo, e inclusive as relações de trabalho permeadas por ele. Práticas como o mutirão não se encaixam na lógica industrial e por isso enfrentam obstáculos em sua realização.

Então à semelhança do Projeto Cana, o assentado também tem que seguir o “receituário” conduzido pela cooperativa para a produção das oleaginosas. Na prática, ele pouco utiliza a mão de obra familiar, uma vez que o processo de plantio e colheita das culturas para biodiesel é mecanizado e, portanto, realizado pela cooperativa.

Ao que parece, o assentado participa como coadjuvante do processo produtivo, ele mais observa e acompanha o trabalho que é feito no lote do que realiza as tarefas propriamente ditas. Então a princípio a produção de matérias-primas para biodiesel também não favorece o trabalho familiar, tão caracterizadora do trabalho camponês e fundamental para a permanência dos assentamentos. Segundo destaca Moura (1986), o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. A família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social desse grupo de pessoas.

Embora a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, ela aparece como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital, isto é, os padrões de produtividade são ditados pela unidade industrial a ela vinculada. Ao delegarem as principais tarefas à cooperativa, os assentados transferem boa parcela da renda obtida com as oleaginosas para a cooperativa e para a indústria que comercializa a matéria-prima. Em posse dos mecanismos que regem o desenvolvimento do projeto biodiesel no assentamento, passamos às experiências de fato.

²⁰ Cláusula do Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na Safra de Verão 2012/2013, firmado entre a COOPERFASC e os assentados do Monte Alegre.

As primeiras experiências de produção

As primeiras tentativas do cultivo das oleaginosas no assentamento Monte Alegre para a produção de agrocombustíveis foi realizado em “parceria” com a empresa Bio Clean Energy, que após não conseguir obter o Selo Combustível Social, abandonou o projeto. A produção, dessa forma, ficou aquém do esperado.

Na sequência, um novo contrato foi fixado no final de 2011 com a empresa Granol²¹, uma empresa brasileira fundada em 1965, cuja inserção no mercado de biodiesel começou em 2006. A Granol possui duas usinas de biodiesel, localizadas em Anápolis (GO) e Cachoeira do Sul (RS) e é detentora do Selo Combustível Social.

A Granol foi a maior produtora de biodiesel do país no ano de 2011, seguida pela Caramuru, Oleoplan e pela Petrobras Biodiesel. Juntas, as quatro primeiras empresas em produção de biodiesel responderam por 40% de toda a produção nacional. Nesse mesmo ano, 12 grandes empresas de capital nacional e internacional, foram responsáveis por 80,8% da produção nacional de biodiesel (SANTOS; SUZUKI, 2012).

Esses dados revelam que a produção de biodiesel está concentrada nas mãos de um número seleto de empresas, do qual a Granol ocupa posição de destaque. Nesse sentido, vale a reflexão de Santos e Suzuki (2012):

(...) na teoria, o Programa é colocado como fruto de uma política pública voltada para a soberania energética e para o desenvolvimento social, sendo que, na prática, vem se revelando como um conjunto de ações que estão gerando muito mais oportunidades para a territorialização concentrada do capital no campo e na produção industrial (SANTOS; SUZUKI, 2012, p. 56).

A Granol possui contrato com diversos agricultores da região, e fez pela primeira vez um arranjo com camponeses de assentamentos rurais, em busca de ampliar o volume de soja e garantir a manutenção do Selo Social.

Os primeiros cultivos dos assentados em “parceria” com a Granol foram realizados com culturas de girassol e soja. A produção ficou aquém do esperado e o fator climático foi tido como o grande responsável. Nesse contexto, poucas famílias obtiveram rentabilidade com a produção. Outras, não conseguiram pagar nem o custo da produção. As famílias cujo resultado da produção foi negativo, isto é, aquelas cuja produção foi insuficiente para pagar os custos do plantio, não entraram em dívidas, uma vez que a cooperativa assumiu o ônus do processo.

Todavia, é possível notar uma grande insatisfação por parte dos assentados em relação aos primeiros resultados do projeto de biodiesel. Apenas algumas famílias compartilham da opinião de que mesmo sem a obtenção de um rendimento expressivo, o projeto é vantajoso em decorrência do investimento realizado na preparação do solo. O não endividamento dos agricultores também foi apontado como um ponto positivo do trabalho da cooperativa junto às comunidades.

Mesmo com resultados pouco expressivos, a cooperativa e a prefeitura de Motuca ainda acreditam na viabilidade do projeto. Dessa forma, as entidades já renovaram contrato com a Granol, e os novos experimentos serão realizados com soja e nabo forrageiro²². Atualmente há um estudo em andamento para verificar quantas e quais são as famílias interessadas em participar do próximo ciclo do plantio.

Como o recurso do governo federal para a construção da usina dos assentados permanece incerto, os idealizadores do projeto biodiesel também estão pleiteando a verba de R\$ 800.000 junto ao Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável Micro

²¹ A Granol dedica-se à produção e comercialização de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel para o mercado interno e externo. Disponível em: <http://www.granol.com.br>. Acesso: agosto de 2012.

²² O nabo forrageiro, *Raphanus sativus* L., é uma planta da família das crucíferas, antiga espécie usada na produção de óleo, adubação verde no inverno, rotação de culturas e alimentação animal. O corte é feito 120 dias após o plantio. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/plantas/nabo-forrageiro/nabo-forrageiro.htm>. Acesso: junho de 2012.

Bacias II, do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, a ser executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da CATI, e da Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN).

Com a quantia, a prefeitura de Motuca pretende construir uma esmagadora de oleaginosas, cujo produto é o farelo – uma das primeiras etapas industriais para a produção do biodiesel. É uma forma de agregar valor à produção, já que os grãos ao invés de serem entregues in natura serão vendidos na forma de farelo.

Nesta perspectiva, busca-se uma inserção mais significativa dos camponeses na produção da agroenergia, uma vez que, da forma como o Programa de Biodiesel está estruturado, os camponeses participam do projeto apenas na etapa de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de biodiesel – não diferindo muito das formas tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura. Para que a atividade se torne mais rentável, é preciso também esmagar o grão para vender o óleo e aproveitar os subprodutos do processamento para adubação e alimentação animal.

A grande questão que se coloca é exatamente esta: os camponeses estarão condicionados a serem somente fornecedores de matérias-primas na produção do biodiesel, ou também poderão se beneficiar dos ganhos advindos da etapa agroindustrial?

Apesar da construção de unidades industriais de produção de biodiesel, a serem geridas por agricultores de pequeno porte, constar no regulamento do PNPB, ainda não é possível verificar a materialização desse processo a partir dos recursos governamentais.

Considerações Finais

Analisamos na exposição precedente como tem se realizado a reprodução do campesinato brasileiro frente aos novos desafios impostos pela internacionalização do capital na agricultura e, conseqüentemente, pelo avanço do agronegócio no campo, sob o imperativo dos agrocombustíveis. Se de um lado a agroenergia é celebrada sob o discurso da “sustentabilidade”, por outro, ela deve ser compreendida, parafraseando Houtart (2010), como uma das saídas da crise para o capital.

Nesse contexto, a elevação dos preços do petróleo, a tecnologia dos motores *flex fuel* e a adoção de diretrizes pela União Europeia em prol da redução das emissões de gases de efeito estufa, entre outros, fizeram com que os agrocombustíveis se tornassem uma importante moeda de negociação no mercado internacional. Com a experiência adquirida no Proálcool e o lançamento do Programa de Biodiesel a nível federal, o Brasil é colocado na vanguarda da produção de agrocombustíveis no mundo.

Nessa perspectiva, há um movimento de transformação do alimento em energia que coloca principalmente a América Latina e a África como centro da exploração agrícola – processo conduzido por empresas transnacionais oriundas de diversos países majoritariamente europeus.

A aposta do governo brasileiro no projeto do agrocombustível, isto é, no crescimento desse setor estratégico, operacionalizado via agronegócio, é sinalizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de publicação sobre as Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. De acordo com os planos do governo, as matérias-primas do agrocombustível são praticamente as únicas culturas que crescerão nas terras brasileiras durante os próximos anos.

Outra característica marcante desse arranque da agroenergia é a concentração de capitais sem precedentes, reflexo da internacionalização do setor. Esse processo é sinalizado pelo crescimento das grandes transnacionais face à ruína das usinas geridas por relações familiares.

A estratégia desses grupos para expandir seus domínios sobre terras de terceiros se pauta, sobretudo, sobre os processos de territorialização e monopolização do território. Como analisamos no decorrer do trabalho, a territorialização é inerente à reprodução do capital sucroalcooleiro, que precisa manter uma parcela considerável de terras próprias, de

forma a proteger-se das oscilações do mercado, além do fato de que esse processo favorece a obtenção de ganhos em todas as esferas.

No entanto, como nem sempre é viável e possível ao capitalista imobilizar dinheiro na aquisição fundiária, surgem outras estratégias para sujeitar a renda que se dá na terra, cujo reflexo é verificado na expansão do setor em áreas de reforma agrária. Nesta perspectiva, há um adensamento da produção de matéria-prima no menor raio de distância da unidade produtora, de modo a reduzir os custos de transporte neste elo produtivo, que garante a formação da renda diferencial. Logo, a usina tende a pressionar as áreas vizinhas, de forma a transformar tudo em canavial.

Frente a este contexto de internacionalização da agricultura e a decorrente expansão dos agrocombustíveis, nos empenhamos em desvendar o papel dos camponeses nesse processo, haja vista a perspectiva de que a produção da agroenergia poderia indicar uma alternativa de renda aos camponeses e favorecer a inclusão no campo.

Essa proposição foi sinalizada nas ações governamentais expressas no Programa de Biodiesel lançado em 2004. Inspirado no Proálcool dos anos 1970, o novo programa agroenergético indicaria um novo conteúdo: a tentativa de transformar o agricultor de pequeno porte no principal beneficiário e ator econômico do projeto, diferentemente do Proálcool que foi voltado para o grande empresariado do setor sucroalcooleiro, transformando-se em um dos grandes ícones do agronegócio no País.

Entretanto, fundamentado na experiência vivenciada pelos moradores do assentamento Monte Alegre, constatamos que o território camponês tem majoritariamente se transformado em espaço de produção da agroenergia sob fortes mecanismos de subordinação, que os alijam de atuarem como protagonistas nesse processo, tanto no que diz respeito à produção de cana-de-açúcar para fabricação do etanol, quanto ao que concerne às oleaginosas para a produção de biodiesel, com algumas diferenças entre ambas - assinaladas adiante.

Com relação à primeira, cabe destacar que para viabilizar a expansão do domínio das usinas de cana em áreas de assentamentos rurais foi utilizado o termo parceria, embora o processo tenha ocorrido à semelhança de um arrendamento. A princípio, os assentados eram responsáveis pela realização de todas as etapas do processo produtivo, desde o plantio até o corte, que era realizado através da prática do mutirão. Todavia, o processo foi alterado ao longo do tempo e restou ao assentado apenas a realização dos tratos culturais, isto é, sua tarefa se resume hoje ao controle das formigas e ervas daninha. Logo, é a lógica da agricultura capitalista que passa a comandar o cultivo da cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre, subordinando o trabalho camponês e drenando consigo boa parcela da renda e do lucro gerados nesses espaços.

Como demonstramos ao longo do texto, a cana-de-açúcar através das “parcerias” agroindustriais representou um obstáculo à autonomia camponesa, à socialização do camponês no interior do processo produtivo e também uma ameaça à continuidade da força de trabalho familiar, já que é excludente de mão de obra. Entretanto, esse processo ocorreu de forma dialética, pois ao mesmo tempo em que a atividade canavieira representou um empecilho ao campesinato, ela favoreceu sua resistência contraditória, haja vista que a maioria dos assentados procurou reafirmar sua condição camponesa na realização de outros cultivos na outra metade do lote, antes estagnados por falta de recursos.

Se por um lado o capital cria os liames para a dependência do camponês via endividamento, ele também transforma essa fragilidade em novos mecanismos de produção de capital através da introdução de projetos de “integração” que subordinam ainda mais a produção no campo. Diante da subalternidade engendrada por essas relações, o camponês do assentamento Monte Alegre tem sofrido com a indefinição das usinas em relação à renovação dos contratos para o plantio de cana. Esse fato acirra ainda mais os níveis de subalternidade aos quais estão inseridos os camponeses nessa cadeia agroenergética.

Esta relação, pautada por mecanismos de subordinação, revela a faceta perversa da expansão do agronegócio no campo sobre áreas de produção camponesa. As usinas visam à acumulação desenfreada do capital, em cujas ações se pautam pela mercantilização das relações sociais.

As usinas têm recuado a respeito da renovação dos contratos devido a alguns fatores como a introdução da Lei Estadual 11.241, de 19 de setembro de 2002, que proíbe a prática da queima da palha de cana-de-açúcar e impõe, conseqüentemente, a mecanização da colheita e também devido aos problemas enfrentados junto ao Ministério do Trabalho no primeiro ciclo do plantio, desencadeados pela falta de equipamentos no trato da cana, contratação de pessoas sem registro, etc. Diante do processo de internacionalização do capital na agricultura, os problemas trabalhistas podem impactar negativamente nas operações das empresas no mercado internacional e esta preocupação passa a ser compartilhada pelos camponeses do Monte Alegre.

Esse processo é emblemático para compreendermos de que forma a mundialização do capital interfere nas práticas locais camponesas. Cabe destacar que nesse processo as usinas tendem a transferir a responsabilidade da não renovação dos contratos aos camponeses. Este fato não surpreende, pois a lógica camponesa é realmente diversa da lógica capitalista, da lógica do agronegócio. Mesmo que haja um controle extenso sobre todas as etapas do processo produtivo por parte das usinas, é de se esperar uma conflitualidade entre o modo de vida camponês e as exigências do capital internacional.

No que se refere ao Projeto de Biodiesel, acompanhamos as primeiras experiências do cultivo das oleaginosas no intuito de analisar de que forma a proposição do governo, através do Programa de Biodiesel, tem se realizado na prática, isto é, como tem ocorrido atualmente a integração dos camponeses na produção dos agrocombustíveis e sua conseqüente reprodução.

À semelhança do Projeto Cana, o assentado também tem que seguir o “receituário” conduzido nesse caso por uma cooperativa para a produção das oleaginosas. Ao atrelar a venda de suas produções a essas indústrias, o campesinato fica sujeito ao capital, sem que seja expulso da terra, isto é, o capital monopoliza o território sem se territorializar.

Nesse processo, o assentado pouco utiliza a mão de obra familiar, uma vez que o processo de plantio e colheita das culturas para biodiesel é mecanizado e, portanto, realizado por funcionários da cooperativa, via trabalho assalariado. Nesse caso ocorre à supressão do trabalho na unidade de produção camponesa e, conseqüentemente, a transferência da renda e do lucro gerados por essa atividade para o capital industrial e comercial. Como demonstramos através da experiência do assentamento Monte Alegre, os agricultores estão susceptíveis a tornarem-se reféns das empresas.

Se por um lado o projeto de biodiesel não favorece o trabalho camponês e nem a autonomia sobre as etapas do processo produtivo, por outro ele proporciona mais flexibilidade sobre o período do plantio. Enquanto o contrato da cana é firmado por cinco anos, o do biodiesel estabelece apenas um ano de vigência, e cada cultivo permanece cerca de quatro meses na terra, com alternância de culturas.

Também vimos que a inserção mais significativa dos camponeses na produção da agroenergia, expressa pela construção de suas próprias unidades industriais, tem um caminho árduo pela frente. Até o presente momento, os camponeses do Monte Alegre têm participado apenas da etapa de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de biodiesel – não diferindo muito das formas tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura.

É preciso destacar também que o biodiesel está tomando caminho semelhante ao etanol, uma vez que 94% de toda a matéria-prima detentora do selo social adquirida pelas empresas para a produção de biodiesel é proveniente da soja, tradicionalmente cultivada em sistema de monocultura do agronegócio, embora haja um direcionamento em torno da diversificação das matérias-primas para biodiesel, a exemplo do próprio assentamento Monte Alegre que tem combinado a produção de soja com os cultivos de crame e girassol.

Se de um lado o Programa de Biodiesel mostra um vasto potencial para a promoção de alternativas de renda e inclusão no campo, por outro, ainda não é possível visualizar a concretização dessa perspectiva. O imperativo da soja, a concentração da produção de biodiesel nas mãos de um grupo seleto de empresas e a subordinação dos camponeses frente às usinas de biodiesel parece transpor um abismo entre as premissas do Programa e a prática vivenciada.

Referências

AMARAL, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamento rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. *In: Raízes*. Vol. 26, Nºs 1 e 2, Jan-Dez, 2007.

BOMBARDI, L.M. Impactos da Expansão da Cana no Estado de São Paulo. *In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, 2010.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, primeiro levantamento, abril/2012**. Brasília: Conab, 2012.

CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro**. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In: SAQUE, M. A e SANTOS, R. A. (org). Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos boias-frias. *In: Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 3, jun-set. São Paulo: Fundação Seade, 1994.

_____. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. *In: Revista Nera*, Ano 10, nº 11, 2007.

_____; ALMEIDA, L. M. M. C. Assentamentos rurais como celeiros da cana. Por onde caminha a reforma agrária? *In: Ruris*, Vol. 3, nº 1, 2009.

HOUTART, F. **A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?** Petrópolis: Vozes, 2010.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022** – Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília: AGE/MAPA, Embrapa, 2012.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **Série Agronegócios: Cadeia Produtiva da Agroenergia**. Brasília, 2007. Vol. 3.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). **Cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodiesel/arquivos-2011/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acesso: Agosto de 2012.

MME (Ministério de Minas e Energia). **Plano Nacional de Energia 2030**. Colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME: EPE, 2007.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. *In: Boletim Paulista de Geografia*, nº 58, São Paulo: AGB, 1981.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

PASSOS, D. H. P. **A territorialização camponesa em Santa Bárbara D'Oeste – SP: o bairro rural Santo Antonio do Sapezeiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – Diário Oficial do Estado – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

PORTARIA ITESP – 77, de 2004 – Diário Oficial do Estado – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2004.

SANTOS, J. A. L. SUZUKI, J. C. Territorialização do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e concentração de capital no Brasil. In: **Revista Agrária**, São Paulo, n.13, 2012.

STETTER, E. A. A trajetória da cana no assentamento Monte Alegre. In: FERRANTE, V. L. S. B. (org) **Retratos de Assentamentos**, nº 09. UNIARA/UNESP, 2004.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. Monopólio na produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2011 - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos**: Expressão Popular, 2011.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.

Recebido para publicação em 15 de Fevereiro de 2013

Aceito para publicação em 22 de Junho de 2013